

Caixa pretende ocupar prédios do Porto Maravilha

Proposta é transferir operação central do banco para Zona Portuária. Medida faz parte de iniciativas para cortar custos

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, disse ontem que o banco pretende ocupar prédios no Porto Maravilha, na zona portuária do Rio. A ideia é transferir toda a operação central do banco para a região. Ele reiterou que espera que pessoas físicas participem da abertura de capital das unidades da instituição.

— Vai tudo para o Porto Maravilha. Lá temos R\$ 8 bilhões de crédito. Somos credores. Temos dois prédios vazios lá. São dois dos prédios mais modernos do Brasil, e a gente está pagando por um prédio que não cabe todo mundo. A Caixa vem cortando custos. Foram R\$ 3,5 bilhões em dois anos. Em São Paulo, há prédios que a gente não consegue achar — disse Guimarães, que participou do seminário “A nova eco-

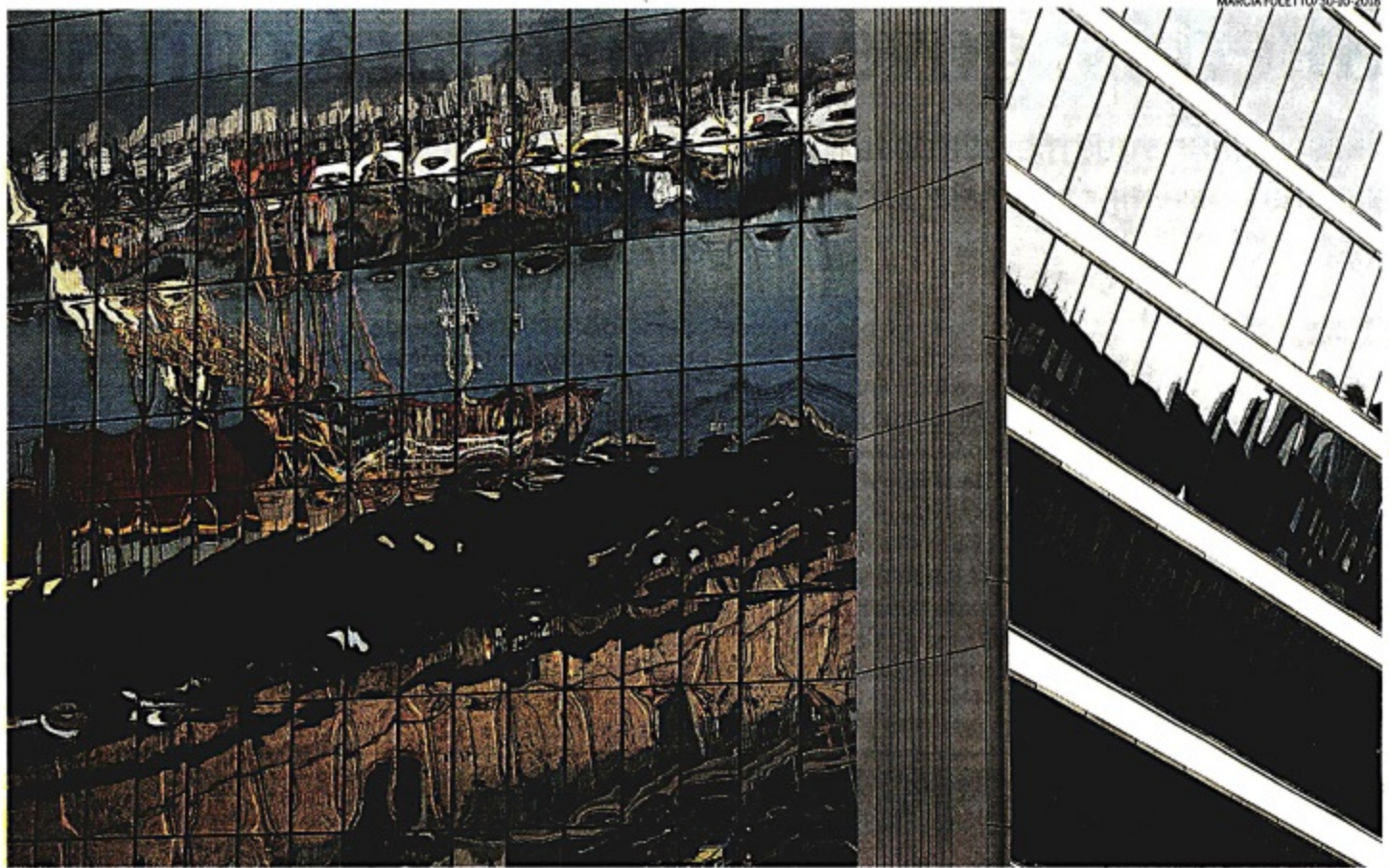
nomia liberal”, ontem na Fundação Getulio Vargas (FGV).

Em entrevista ao GLOBO na semana passada, Guimarães havia citado que pretende rever contratos de imóveis e destacou sete prédios na Avenida Paulista e 15 em Brasília. Ontem, ele voltou a falar sobre a estratégia de vender ativos. Disse que pretende abrir o capital na Bolsa de operações de loterias, da gestora de ativos, de cartões e da seguradora.

— Haverá saída da Caixa em uma série de segmentos e fortalecimento de outros que fazem mais sentido. As aberturas de capital serão históricas. Estive no carnaval em Nova York e percebi que há muita demanda. A primeira será a Seguradora em setembro. Estou ansioso.

NA DEFESA DA PRIVATIZAÇÃO

O presidente da Caixa reiterou que pretende estimular o investimento em ações.



Novo endereço. Porto do Rio refletido em prédios na Zona Portuária: plano da Caixa envolve abertura de capital de gestora de ativos, cartões, seguradora e loterias

— Não consigo entender como temos menos de 800 mil pessoas físicas como investidores. Um dos pontos é incentivar o máximo a entrada de pessoas físicas. Já falamos com a CVM sobre isso. Vamos buscar a governança — acrescentou o presidente da Caixa.

Rubem Novaes, presidente do Banco do Brasil (BB), que também participou do evento, afirmou que o BB foi perdendo aos poucos o papel de autoridade monetária. Por isso, diz, defende a privatização do banco, assim como de outras estatais, como Petrobras e Caixa Econômica Federal.

— Uma conclusão ficou cla-

ra. Ao longo da história, o governo atrapalhou mais do que ajudou o Banco do Brasil. Se o BB fosse privado, seria muito mais eficiente e teria mais retorno. Poderia alcançar mais objetivos, como o setor agrícola. Estou mais convencido de que o BB estaria bem melhor e deveria ser privatizado.

'AVACALHAÇÃO COM LRF'

Novaes ressaltou que há ambiente hostil para ideias liberais.

— Paulo Guedes tem feito trabalho extraordinário, com a reforma da Previdência, o pacto federativo, o trabalho da desindexação. Nessas áreas estamos sentindo avanço das ideias liberais dentro do ambiente hostil de Brasília.

Na privatização, estamos aquém do desejável. Hoje, não tem nenhuma privatização relevante nas estatais.

Ele afirmou ser difícil concorrer com bancos privados.

— Sinto-me com as mãos atadas para competir com os privados. Não tenho liberdade de contratação nem de demissão. Bancos privados podem fechar agências. No BB, é uma complicação. Se você chega ao interior (do país), as autoridades são o prefeito, o padre e o gerente do BB. Para fechar agência tem que prestar contas ao TCU (Tribunal de Contas da União), à AGU (Advocacia-Geral da União) e à Secretaria de Comunicação.

Novaes reclamou ainda das

pressões políticas e disse que é preciso se esquivar delas. Segundo ele, dessa forma é possível avançar nas privatizações.

Já Joaquim Levy, presidente do BNDES, afirmou que o país precisa tomar medidas para aumentar investimentos.

— Na economia liberal fica claro que o problema do Brasil é o peso do Estado. Se não tomarmos medidas, entramos em espiral em que cada vez mais os trabalhadores têm que pagar, se reduz o investimento e o processo se retroalimenta. Há uma percepção de que a economia deixa de funcionar direito. Entre 2011 e 2014, houve desorganização fiscal e, se permitem, avacalhão da lei de responsabilidade fiscal.